



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2016

UTAP

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	6
2. Factos relevantes.....	8
2.1 Sector Energético.....	8
2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural.....	8
2.2 Sector Portuário	9
2.2.1 Alterações regulatórias no sector portuário	9
2.3 Sector dos Transportes Públicos.....	10
2.3.1 Concurso público de subconcessão dos sistemas de transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e da Metro do Porto, S.A.....	10
3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário	12
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros	12
3.2 Evolução dos fluxos financeiros	12
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros do 1.º trimestre de 2016.....	12
4. Anexos	18

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto	6
Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias do 1.º trimestre de 2016 e 2015 e respetiva variação homóloga	13
Quadro 3 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias do 1.º trimestre de 2016 e 2015 e respetiva variação homóloga.....	13
Quadro 4 – Receitas da administração portuária por concessão – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto.....	17
Quadro 5 – Identificação das concessões das Águas.....	18
Quadro 6 – Identificação das concessões dos Resíduos	18
Quadro 7 – Identificação das concessões no sector dos Portos.....	19
Quadro 8 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	20
Quadro 9 – Identificação das concessões para a Eletricidade.....	20
Quadro 10 – Identificação da concessão Hídrica.....	20
Quadro 11 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	21
Quadro 12 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga	21
Quadro 13 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga.....	22

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2013 a 2016.....	14
Gráfico 2 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por administração portuária no 1.º trimestre de 2016	15

Siglas

1T 2016	1.º Trimestre de 2016
1T 2015	1.º Trimestre de 2015
AC 2016	Valor acumulado de 2016
AC 2015	Valor acumulado de 2015
2016 P	Previsão para 2016
ADENE	Agência para a Energia
AdP, S.A.	Águas de Portugal, S.A.
AdP	Águas de Portugal
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DRE	Diário da República Eletrónico
EGF	Empresa Geral do Fomento, S.A.
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
Parública	Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.
PETI3+	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
REN	Rede Elétrica Nacional
REN SGPS	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
RESP	Rede Elétrica de Serviço Público
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNGN	Sistema Nacional de Gás Natural
TML	Terminal Multipurpose de Lisboa
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Var. 1T2016/ 1T2015	(ou Δ 2016/2015) Variação ocorrida entre o primeiro trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2015

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos sectores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, sector energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 1.º trimestre de 2016, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos sectores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados sectores.

No que concerne aos fluxos financeiros do sector público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao sector portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

No 1.º trimestre de 2016, as receitas auferidas pelas administrações portuárias relativamente aos terminais concessionados registaram um decréscimo, da ordem dos 3%, face ao período homólogo de 2015, ascendendo a 16,2 milhões de euros. Destaca-se, pela sua importância em termos de peso relativo no total das receitas portuárias (44%), o caso dos portos do Douro e Leixões, onde se assistiu a uma diminuição da receita portuária na ordem dos 5%, em linha com a redução da carga total movimentada nos terminais concessionados destes portos, no mesmo período.

Quadro 1 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2016	Peso no Total (1T)	1T2015	Δ 1T2016 / 1T2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões	7.144	44%	7.558	-5%	26.925	27%
Sines	3.952	24%	3.836	3%	20.140	20%
Lisboa	3.478	21%	3.688	-6%	14.919	23%
Setúbal	1.560	10%	1.555	0%	6.899	23%
Aveiro	112	1%	120	-6%	469	24%
Total	16.247	100%	16.758	-3%	69.352	23%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Na origem da evolução verificada no trimestre em apreço encontra-se, sobretudo, o impacto de alguns fatores que afetam a comparabilidade dos valores, nomeadamente as diferenças ao nível da cadência de pagamentos das concessionárias, uma vez que, em termos globais, ao nível do movimento de mercadorias (incluindo as contentorizadas) nos terminais concessionados dos portos objeto de análise (com exceção dos portos do Douro

e Leixões, de Lisboa e de Aveiro¹⁾ assistiu-se, ao invés, a um crescimento, da ordem dos 7%. Neste contexto, importa referir que, embora a variação da carga movimentada tenha influência na evolução dos fluxos financeiros, não constitui o único fator explicativo desta última, destacando-se, a este respeito, o facto de, *por um lado*, parte dos fluxos financeiros respeitarem à componente fixa das rendas pagas pelas concessionárias (não dependente da carga movimentada), e, *por outro lado*, os valores reportados dizerem respeito a fluxos financeiros e não a valores faturados, podendo, portanto, referir-se a valores de faturação (e, por conseguinte, de cargas movimentadas) relativos a períodos anteriores.

¹ Tal como se apresenta no *Quadro 12* dos anexos deste boletim.

2. Factos relevantes

2.1 Sector Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no sector elétrico e do gás natural

Durante o 1.º trimestre de 2016 foi publicado um conjunto de diplomas legais com incidência nas atividades reguladas dos sectores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, que importa nomear:

- Diretiva n.º 2/2016², que define as normas complementares para prestação de informação à ERSE pelos operadores das redes elétricas ao abrigo do Regulamento do Acesso às Redes e Interligações;
- Portaria n.º 279/2011³, que estabelece a metodologia de cálculo de taxa de remuneração a aplicar à transferência intertemporal de proveitos permitidos referentes aos sobrecustos com a aquisição de eletricidade a produtores em regime especial, sujeitos a repercussão quinzenal e define os valores de determinados fatores a aplicar para efeitos do alisamento quinzenal;
- Diretiva n.º 5/2016⁴, que contém o Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de energia elétrica em Portugal continental;
- Diretiva n.º 6/2016⁵, que define as regras relativas ao registo e comunicação de transações de energia elétrica por agentes de mercado em regimes remuneratórios específicos;
- Diretiva n.º 7/2016⁶, que define as normas complementares relativas ao reporte de informação física e financeira por parte das empresas no sector elétrico; e,
- Despacho 2290-AL/2016⁷, que cria um grupo de trabalho que tem por missão propor as medidas legais, regulamentares, administrativas e contratuais necessárias à melhor transição das concessões de distribuição em baixa tensão vigentes para novas concessões baseadas em contratos alicerçados em concursos públicos, tendo em conta os princípios e interesses envolvidos, nomeadamente a salvaguarda do interesse público, a igualdade de tratamento e de oportunidades, a transparência e objetividades das regras e decisões.

² Diretiva n.º 2/2016, de 30 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2016.

³ Diretiva n.º 4/2016, de 29 de janeiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016

⁴ Diretiva n.º 5/2016, de 17 de fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016.

⁵ Diretiva n.º 6/2016, de 29 de fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016.

⁶ Diretiva n.º 7/2016, de 3 de março, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 11 de março de 2016.

⁷ Despacho 2290-AL/2016, de 15 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 15 de fevereiro de 2016.

2.2 Sector Portuário

2.2.1 Alterações regulatórias no sector portuário

Durante o 1.º trimestre de 2016 foi publicado um conjunto de diplomas legais com incidência nas atividades reguladas do sector portuário, que importa mencionar:

- Decreto-Lei n.º 15/2016⁸, que estabelece a coordenação estratégica da Administração do Porto de Lisboa, S.A. e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., definindo o regime de acumulação de funções dos membros dos respetivos conselhos de administração, para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas;
- Decreto-Lei n.º 16/2016⁹, que cria o Fundo Azul, dedicado à promoção da criação de um mecanismo de incentivo financeiro ao arranque de muitas das atividades ligadas à economia do mar, à proteção do património natural, incluindo a gestão do risco associado aos novos usos do mar, a investigação científica e a investigação e desenvolvimento empresarial, conciliando o investimento público, o capital de risco e as contribuições associadas às novas atividades a licenciar, bem como, prevendo mecanismos de articulação com outros fundos, públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2016¹⁰, que cria um grupo de trabalho, sob coordenação da Ministra do Mar, com a missão de avaliar e preparar um plano de ação de promoção do transporte marítimo e de apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional, designadamente através da alteração ao regime aplicável ao registo de navios;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016¹¹ que **(i)** determina a criação da Fatura Única Portuária por Escala de Navio (“FUP”), como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas prestadoras de serviços aos navios; **(ii)** determina que a ferramenta de base para emissão da FUP é a Janela Única Portuária; **(iii)** determina que a FUP é implementada como projeto-piloto, no Porto de Sines, até ao fim do primeiro trimestre de 2016, estando garantidas as necessárias condições técnicas e administrativas para o efeito; **(iv)** autoriza que os procedimentos administrativos necessários à implementação e gestão do projeto-piloto são estabelecidos por protocolos a celebrar entre as entidades envolvidas; **(v)** determina que a implementação e extensão da FUP a todos os portos principais do país se concretiza até ao final de 2016, de acordo com as alterações legislativas, regulamentares, contratuais e tecnológicas que se verifiquem necessárias para o

⁸ Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 48, de 9 de março de 2016.

⁹ Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 48, de 9 de março de 2016.

¹⁰ RCM n.º 11/2016, de 3 de março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 53, de 16 de março de 2016.

¹¹ RCM n.º 12/2016, de 3 de março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 53, de 16 de março de 2016.

efeito, designadamente no que se refere às normas relativas às taxas aplicadas às escalas de navio e aos procedimentos associados; e **(vi)** estabelece que os encargos emergentes da presente resolução são satisfeitos por verbas inscritas no orçamento das entidades envolvidas na FUP, não implicando, portanto, qualquer despesa adicional;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2016¹², que impulsiona a implementação do Programa Operacional Mar 2020 (Mar 2020), com a publicação imediata das portarias que aprovam os regulamentos específicos das medidas de apoio previstas no Mar 2020, com especial enfoque para apoio à competitividade das empresas do sector, à investigação científica, à inovação, à aquicultura, à promoção da eficiência energética, à aposta clara no ingresso de jovens pescadores na atividade pesqueira e à compensação dos sobrecustos dos operadores económicos das Regiões Ultraperiféricas;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2016¹³, que estabelece as condições de funcionamento da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar; e
- Portaria n.º 50/2016¹⁴, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento, entre os quais se inclui o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, determinando que a estruturação operacional deste fundo é composta por um programa operacional de âmbito nacional, designado Mar 2020.

2.3 Sector dos Transportes Públicos

2.3.1 Concurso público de subconcessão dos sistemas de transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e da Metro do Porto, S.A.

Durante o trimestre em apreço, os procedimentos concursais com vista à subconcessão da exploração das redes da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (“**Carris**”), da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“**Metro de Lisboa**”), da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. (“**STCP**”) e da Metro do Porto, S.A. (“**Metro do Porto**”) foram anulados administrativamente pelos conselhos de administração das respetivas empresas, com base em alegadas fragilidades e ilegalidades detetadas no processo de concurso, nomeadamente ao nível do cumprimento do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de Maio e, com exceção do caso da Metro do Porto, por incumprimento do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, de 23 de outubro.

¹² RCM n.º 13/2016, de 3 de março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 53, de 16 de março de 2016.

¹³ RCM n.º 14/2016, de 3 de março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 53, de 16 de março de 2016.

¹⁴ Portaria n.º 50/2016, de 23 de março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 58, de 23 de março de 2016.

Uma vez anulados os referidos procedimentos, o Governo determinou o relançamento do processo de contratualização da subconcessão da Metro do Porto, no pressuposto da conformidade deste novo procedimento com a regulamentação vigente. Nesse contexto, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público de transporte da Metro do Porto, foi acordado com a atual subconcessionária, a empresa Prometro, uma prorrogação do prazo de vigência do contrato ainda em vigor, que constitui o quinto aditamento ao contrato de subconcessão da Metro do Porto, ao abrigo da qual se estabeleceu o prolongamento da operação pelo tempo estritamente necessário à contratualização e efetivação do novo contrato de subconcessão.

Relativamente aos demais operadores públicos (a Carris, a STCP e a Metro de Lisboa) encontra-se ainda o Governo a estudar o modelo de gestão a adotar em cada um dos casos, à luz do previsto no Plano Nacional de Reformas.

3. Fluxos Financeiros no Sector Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do sector público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Aveiro, de Lisboa, de Setúbal e de Sines.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas Autoridades Portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros do 1.º trimestre de 2016

No 1.º trimestre de 2016, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um decréscimo de 3% face ao trimestre homólogo de 2015, ascendendo a 16,2 milhões de euros. Esta evolução é inversa à tendência de crescimento a que se assistiu no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados – determinada pela evolução positiva observada nos portos de Sines e de Setúbal, face ao período homólogo anterior (conforme *Quadro 3* seguinte) –, o que se poderá explicar, seja porque os valores reportados se referem a fluxos financeiros e não a valores faturados (podendo, naturalmente, ocorrer uma diferença temporal entre o momento em que as receitas são faturadas – designadamente em função das cargas movimentadas – e o momento em que os respetivos fluxos financeiros ocorrem), seja, também, porque parte das receitas das administrações portuárias não se encontra indexada às cargas movimentadas nos respetivos portos (referindo-se a receitas com uma natureza fixa, com base no estabelecido contratualmente).

Quadro 2 – Receitas da administração portuária relativas a rendas das concessões portuárias do 1.º trimestre de 2016 e 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2016	Peso no Total (1T)	1T2015	Δ 1T2016 / 1T2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões	7.144	44%	7.558	-5%	26.925	27%
Sines	3.952	24%	3.836	3%	20.140	20%
Lisboa	3.478	21%	3.688	-6%	14.919	23%
Setúbal	1.560	10%	1.555	0%	6.899	23%
Aveiro	112	1%	120	-6%	469	24%
Total	16.247	100%	16.758	-3%	69.352	23%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 3 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias do 1.º trimestre de 2016 e 2015 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2016	Peso no Total (1T)	1T2015	Δ 1T2016 / 1T2015
Douro e Leixões	4.252.494	22%	4.440.800	-4%
Sines	11.021.379	58%	9.463.445	16%
Lisboa	2.302.166	12%	2.491.065	-8%
Setúbal	1.208.208	6%	1.151.970	5%
Aveiro	124.191	1%	181.627	-32%
Total	18.908.438	100%	17.728.907	7%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

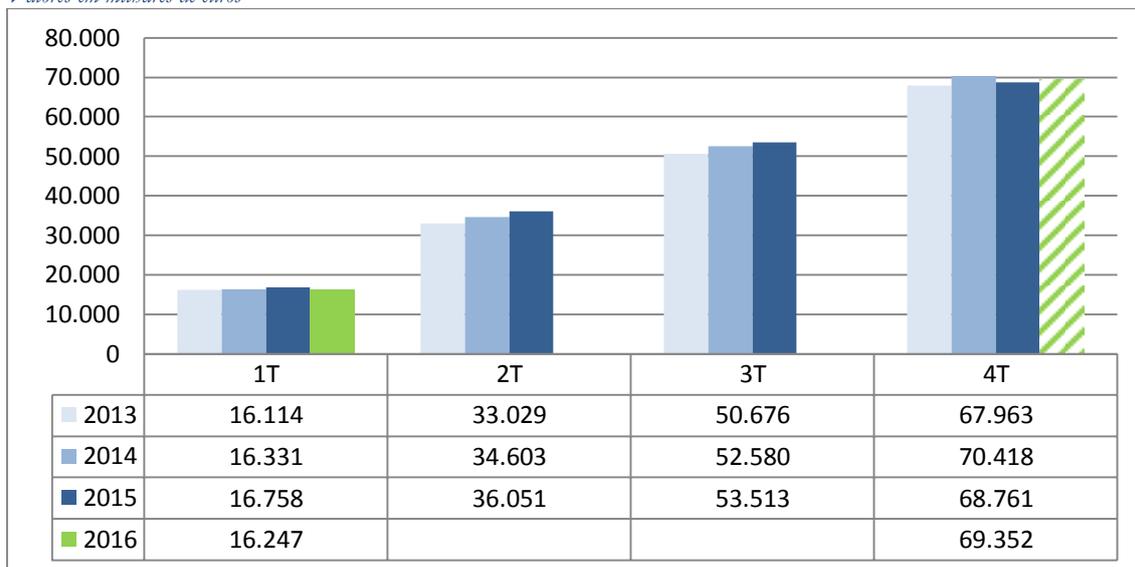
Tal como se constata no *Quadro 2* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente ao 1.º trimestre de 2016, face ao período homólogo, contribuiu o comportamento negativo das rendas recebidas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Lisboa e de Aveiro, destacando-se, sobretudo, o decréscimo registado no caso do porto de Lisboa – da ordem dos 6% –, que se ficou a dever essencialmente à quebra (de 8%) verificada ao nível das quantidades movimentadas face ao período homólogo. Para a redução da carga movimentada no porto de Lisboa contribuíram as greves ocorridas neste porto (a partir de abril deste ano), cujos efeitos se começaram a sentir logo desde o momento em que as mesmas foram pré-anunciadas.

O porto do Setúbal e o porto de Sines constituem a exceção à tendência negativa observada nas receitas portuárias, registando-se, nestes casos, uma manutenção e um aumento das receitas de cerca de 3%, respetivamente, face ao 1.º trimestre de 2015, em linha com a evolução positiva do movimento de mercadorias nos terminais concessionados destes portos.

No *Gráfico 1* seguinte apresenta-se a evolução das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre desde 2013, bem como os valores orçamentados para 2016.

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2013 a 2016

Valores em milhares de euros



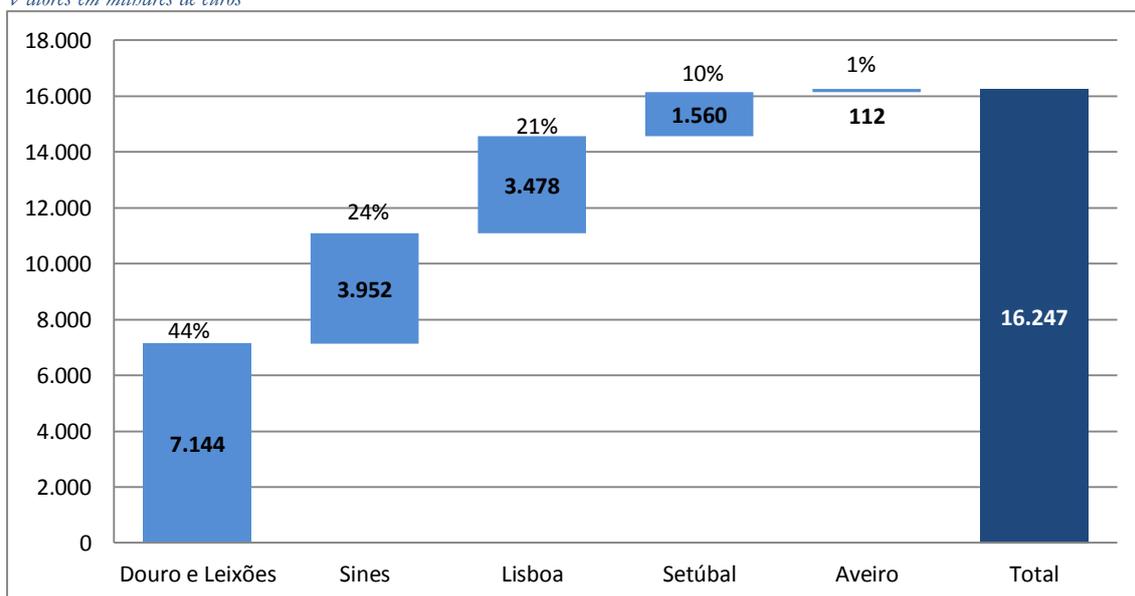
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2016 corresponde ao valor total previsto para 2016 e o qual é equivalente a 69.4 milhões de euros.

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados do porto do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 44% destas, seguindo-se em termos de ordem de importância os terminais portuários concessionados dos portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 24% e 21%, respetivamente (*cf.* Gráfico 2 seguinte).

Gráfico 2 – Distribuição do total das rendas de concessão portuária por administração portuária no 1.º trimestre de 2016

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 4* seguinte, o porto de Setúbal¹⁵ registou uma manutenção das receitas em comparação com o trimestre homólogo de 2015, sendo importante relevar que esta manutenção resulta do efeito conjugado **(i)** do aumento das receitas relativas ao Terminal Multiusos Zona 2 (Sadoport) – na ordem dos 2% –, decorrente, *por um lado*, da intensificação do movimento de mercadorias e consequente aumento das rendas variáveis, e, *por outro lado*, do ligeiro aumento das rendas, resultante da atualização das tarifas variáveis e fixas (em 0,33%) para o ano de 2016; **(ii)** do aumento das receitas relativas ao Terminal de Granéis Sólidos e ao Terminal de Granéis Líquidos, na ordem dos 2% e 1%, respetivamente, que resulta, para além da intensificação do movimento de mercadorias, do aumento das rendas fixas, no seguimento da atualização das mesmas (em 0,33%) nos moldes do previsto contratualmente para o ano de 2016; e **(iii)** do decréscimo verificado ao nível das receitas referentes ao Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado), em cerca de 4%, por via, sobretudo, da redução do movimento de mercadorias no terminal, nomeadamente ao nível da carga geral fracionada.

O porto de Sines registou, no trimestre em análise, um acréscimo homólogo das receitas portuárias (da ordem dos 3%), explicado, em grande medida, pela intensificação do movimento de mercadorias nos terminais concessionados deste porto (em cerca de 16%), principalmente ao nível do número de toneladas movimentadas no Terminal Multipurpose, na ordem dos 29%, e no Terminal XXI (de contentores), na ordem dos 25%.

¹⁵ Salienta-se que, no caso deste porto, os fluxos financeiros têm por base o movimento de mercadorias dos terminais concessionados no trimestre imediatamente anterior àquele que se encontra em análise.

Relativamente ao porto de Aveiro, apesar do forte decréscimo registado ao nível do movimento global de mercadorias (de 32%), as receitas da respetiva administração portuária decresceram apenas 6%, face a igual período de 2015.

No caso concreto do porto de Lisboa, e quando comparado o 1.º trimestre de 2016 com o período homólogo de 2015, verifica-se um decréscimo das receitas da administração portuária, na ordem dos 6%, consequência do decréscimo registado ao nível das receitas portuárias em praticamente todos os terminais, mas com maior expressão no Terminal Multiusos do Beato, no Terminal de Contentores de Alcântara, no Terminal de Contentores de Santa Apolónia e no Terminal Multiusos do Poço do Bispo. O referido decréscimo encontra-se em linha com a evolução negativa, na ordem dos 8%, verificada no movimento de mercadorias nos terminais concessionados deste porto, em reflexo do anúncio das greves que vieram a ocorrer a partir de abril de 2016.

Por fim, e no que concerne aos portos do Douro e Leixões, o valor das rendas auferidas pela respetiva administração portuária, no trimestre em apreço, decresceu cerca de 5%, face ao registado no período homólogo anterior, por via do decréscimo registado ao nível do movimento global de mercadorias em praticamente todos os terminais concessionados (em cerca de 4%). Recorde-se que os terminais portuários concessionados do porto do Douro e Leixões apresentam uma posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do sector portuário, na ordem dos 44%.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas administrações portuárias em cada um dos seus terminais concessionados.

Quadro 4 – Receitas da administração portuária por concessão – respetiva variação homóloga e nível de execução face ao previsto

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2016	Peso no Total (1T)	1T2015	Δ 1T2016 / 1T2015	2016 P	% Execução
Douro e Leixões						
Terminal de Contentores de Leixões	4.384	27%	4.406	0%	15.785	28%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	1.013	6%	1.064	-5%	3.687	27%
Silos de Leixões	49	0%	41	17%	203	24%
Terminal Produtos Petrolíferos	1.492	9%	1.671	-11%	6.308	24%
Terminal de Granéis Líquido Alimentares	0	0%	24	-100%	0	N.A.
Terminal Expedição de Cimento a Granel	165	1%	165	0%	664	25%
Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	18	0%	22	-20%	165	11%
Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	0	0%	14	-100%	27	0%
Exploração Turística-Hoteleira	0	0%	128	-100%	0	N.A.
Exploração Restaurante e Bar	18	0%	18	0%	74	25%
Marina de Gaia	5	0%	5	0%	11	50%
Subtotal Douro e Leixões	7.144	44%	7.558	-5%	26.925	27%
Aveiro						
Terminal Sul Aveiro	84	1%	92	-8%	356	24%
Serviço de Reboque Aveiro	28	0%	28	1%	113	25%
Subtotal Aveiro	112	1%	120	-6%	469	24%
Lisboa						
Terminal de Contentores de Alcântara	585	4%	635	-8%	2.668	22%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1.056	7%	1.520	-31%	6.476	16%
Terminal Multipurpose de Lisboa	708	4%	263	169%	1.648	43%
Terminal Multiusos do Beato	231	1%	345	-33%	971	24%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo	173	1%	231	-25%	673	26%
Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	207	1%	180	15%	799	26%
Terminal de Granéis Alimentares da Beato	215	1%	225	-5%	692	31%
Terminal de Granéis Alimentares de Palença	193	1%	185	5%	609	32%
Terminal do Barreiro	24	0%	30	-20%	98	24%
Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	86	1%	62	38%	252	34%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0	0%	12	-100%	33	0%
Subtotal Lisboa	3.478	21%	3.688	-6%	14.919	23%
Setúbal						
Terminal Multiusos Zona 1	475	3%	495	-4%	2.232	21%
Terminal Multiusos Zona 2	954	6%	931	2%	4.119	23%
Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	89	1%	88	2%	401	22%
Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	42	0%	41	1%	147	28%
Subtotal Setúbal	1.560	10%	1.555	0%	6.899	23%
Sines						
Terminal Contentores de Sines XXI	387	2%	318	22%	6.125	6%
Terminal Multipurpose de Sines	1.178	7%	1.136	4%	4.544	26%
Terminal de Petroleiro e Petroquímico	108	1%	105	3%	401	27%
Serviço de Reboque e Amarração Sines	211	1%	210	1%	802	26%
Terminal de Granéis Liq. e Gestão de Resíduos	2.067	13%	2.067	0%	8.268	25%
Subtotal Sines	3.952	24%	3.836	3%	20.140	20%
Total	16.247	100%	16.758	-3%	69.352	23%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 5 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Águas do Algarve	2001	30	589
Águas do Norte	2015	30	2.003
Águas do Centro Litoral	2015	30	609
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2015	30	1.958
Águas de St.º André	2001	30	100
Águas Públicas Alentejo, S.A. ⁽¹⁾	2009	50	85
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽¹⁾	2009	50	156
TOTAL			5.499

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2015.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

⁽³⁾ Foram criados novos sistemas multimunicipais de abastecimento e saneamento. No seguimento do programa do XIX Governo, foram reorganizadas as operações do Grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, passando as entidades agora reorganizadas a denominar-se Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo (sistema operado em regime de gestão delegada pela EPAL), Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, as quais se encontram em atividade desde 30 de junho de 2015.

Quadro 6 – Identificação das concessões dos Resíduos

Concessões Resíduos	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Algar	1996	38	127
Amarsul	1997	37	116
Ersuc	1997	37	169
Resiestrela	2003	31	36
Resinorte	2009	25	167
Resulima	1996	38	26
Suldouro	1996	38	83
Valnor	2001	33	69
Valorlis	1996	38	56
Valorminho	1996	38	13
Valorsul	2010	24	352
Total			1.214

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 7 – Identificação das concessões no sector dos Portos

	Sector Portuário	Concessionário	Ano	Prazo	Invest. Concessionária ¹ (milhões de euros)	Invest. Concedente ¹ (milhões de euros)
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	52	
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	29	
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal Lda	2007	25	4	
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.	
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15	n.d.	342
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15	n.d.	
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.	
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25 ⁽²⁾	n.d.	
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20	n.d.	
	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugalíia, SA	2000	20	n.d.	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (aveiro), SA	2001	25	7	0
	Serviço de Reboque Aveiro	Tínita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2014	5	3	
Lisboa*	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1984	(3)	35	
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2000	20	40	
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda (4)	2015	6	7	
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	4	
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4	
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3	416
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	87	
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	2	
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	23	
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	0	
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0		
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9	
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12	63
	Terminal de Granéis Sólidos De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	1995	25	10	
	Terminal de Granéis Liq. De Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	2003	25	4	
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSASines - Terminais de Contentores, SA	1999	30	229	
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	83	
	Terminais Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10 + 5	4	121
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc. Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	24	
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	68	
Total					745	941

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: (1) Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2015.

(2) O contrato foi prorrogado até 2017.

(3) O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3.03.2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

(4) No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril último foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda..

Quadro 8 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Concessões Energia - Gás Natural	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾
				(milhões de euros)
Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural (Carricho / Pombal)	Transgás Armazenagem, S.A.	2006	40	15
Distribuição Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	65
Distribuição Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, S.A.	2008	40	51
Distribuição Regional de Gás Natural do Sul	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	29
Distribuição Regional de Gás Natural do Norte	EDP Gás Distribuição, S.A.	2008	40	135
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	194
Receção e Armazenamento Subterrâneo Gás Natural (Carricho / Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	45
Distribuição Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, S.A.	2008	40	18
Distribuição Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, S.A.	2008	40	20
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	164
TOTAL				737

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 9 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Concessões Energia - Eletricidade	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾
				(milhões de euros)
Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	2.426
Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2009	35	4.608
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	2
TOTAL				7.036

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2013.

Quadro 10 – Identificação da concessão Hídrica

Sector Hídrico	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾
		Início		(milhões de euros)
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2008	79	335
Barragem Girabolhos	Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda.	2013	65 ⁽²⁾	10
Sistema Electroprodutor do Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70 ⁽²⁾	22
Total				367

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2015.

⁽²⁾ A contar a partir da data de entrada em exploração e não do início do contrato de concessão.

Quadro 11 – Identificação da concessão Aeroportuária

Concessões Aeroportuárias	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento (milhões de euros)
Concessão de aeroportos	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A	2012	50	n.d.

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE.

Quadro 12 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário		1T2016	AC 2016	Peso no Total (1T)	1T2015	AC 2015	Δ 1T2016 / 1T2015
Setúbal	Contentores	2.484	2.484	0%	1.974	8.274	26%
	Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado) Carga Geral e Granéis	424.403	424.403	2%	451.775	1.817.064	-6%
	Outros	8.625	8.625	0%	6.513	31.703	32%
	Subtotal	435.512	435.512	2%	460.262	1.857.041	-5%
	Contentores	366.788	366.788	2%	288.001	1.268.586	27%
	Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT) Carga Geral + Outros	169.826	169.826	1%	186.824	671.062	-9%
	Subtotal	536.614	536.614	3%	474.825	1.939.648	13%
	Terminal de Granéis Sólidos (Sapac) Granéis	180.157	180.157	1%	161.866	743.703	11%
	Terminal de Granéis Líquidos (Sapac) Granéis	55.925	55.925	0%	55.017	205.935	2%
	Subtotal Setúbal	1.208.208	1.208.208	6%	1.151.970	4.746.327	5%
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1.514.722	1.514.722	8%	1.455.463	5.988.511	4%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	940.706	940.706	5%	1.002.861	3.627.538	-6%
	Silos de Leixões	171.137	171.137	1%	143.167	717.652	20%
	Terminal Produtos Petrolíferos	1.612.678	1.612.678	9%	1.819.721	8.293.523	-11%
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	-	-	0%	2.999	2.999	-100%
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	12.140	12.140	0%	15.260	62.902	-20%
	Serviço de Descarga, Venda, Expedição Pescado	1.111	1.111	0%	1.329	14.897	-16%
	Subtotal Douro e Leixões	4.252.494	4.252.494	22%	4.440.800	18.708.022	-4%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	387.161	387.161	2%	551.141	2.242.989	-30%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	356.051	356.051	2%	456.735	1.667.705	-22%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	263.912	263.912	1%	111.929	844.408	136%
	Terminal Multiusos do Beato	43.595	43.595	0%	133.649	459.629	-67%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	146.814	146.814	1%	183.339	620.589	-20%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	342.087	342.087	2%	319.197	1.394.497	7%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	191.603	191.603	1%	109.660	573.620	75%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	278.482	278.482	1%	316.518	1.219.715	-12%
	Terminal do Barreiro	155.838	155.838	1%	174.928	643.163	-11%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	136.623	136.623	1%	133.969	589.698	2%
Terminal do Seixal - Baía do Tejo	-	-	-	-	-	N.A.	
Subtotal Lisboa	2.302.166	2.302.166	12%	2.491.065	10.256.013	-8%	
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	124.191	124.191	1%	181.627	625.273	-32%
	Subtotal Aveiro	124.191	124.191	1%	181.627	625.273	-32%
Sines	Terminal de Contentores (TXXI)	4.149.269	4.149.269	22%	3.314.465	16.460.889	25%
	Terminal Multipurpose	1.805.911	1.805.911	10%	1.395.229	5.973.760	29%
	Terminal de Granéis Líquidos	5.066.199	5.066.199	27%	4.753.751	19.412.325	7%
Subtotal Sines	11.021.379	11.021.379	58%	9.463.445	41.846.974	16%	
Total	18.908.438	18.908.438	100%	17.728.907	76.182.609	7%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.

Nota: (!) Inclui carga fracionada, carga contentorizada, Ro-Ro, granéis sólidos e granéis líquidos.

Quadro 13 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2016 e respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Sector Portuário	1T2016	AC 2016	Peso no Total (1T)	1T2015	AC 2015	Δ1T2016 / 1T2015
Terminal de Contentores de Alcântara - Liscont	36.103	36.103	6%	50.748	206.272	-29%
Terminal de Contentores de Santa Apolónia- Sotagus	31.360	31.360	5%	41.758	164.276	-25%
Terminal Multipurpose de Lisboa - Operlis	29.478	29.478	5%	12.752	13.936	131%
Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	222	222	0%	-	83.094	N.A.
Terminal Multiusos do Beato- TMB	1.218	1.218	0%	11.795	16.951	-90%
Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE	-	-	0%	2.881	7.017	-100%
Terminal do Barreiro - Atlanport	-	-	0%	-	5	N.A.
Subtotal Lisboa	98.381	98.381	16%	119.934	491.551	-18%
TCL - Terminal De Contentores De Leixões, S.A.	158.251	158.251	26%	152.392	624.081	4%
Subtotal Leixões	158.251	158.251	26%	152.392	802.257	4%
Terminal Multiusos Zona 1 (Tersado)	197	197	0%	129	704	53%
Terminal Multiusos Zona 2 (SADOPORT)	33.887	33.887	6%	26.503	120.461	28%
Subtotal Setúbal	34.084	34.084	6%	26.632	110.951	28%
Terminal de Contentores (TXXI) - Sines	309.849	309.849	52%	279.347	1.332.195	11%
Subtotal Sines	309.849	309.849	52%	279.347	1.046.398	11%
Total	600.565	600.565	100%	578.305	2.929.131	4%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas administrações portuárias.